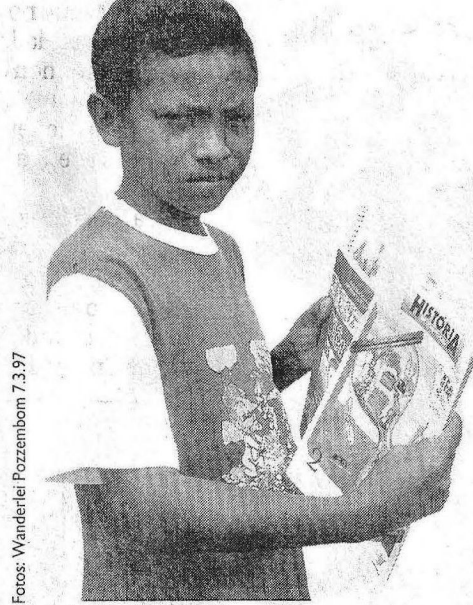


# APROVADO SEM LOUVOR



Fotos: Wanderlei Pozzobom 7.3.97

APESAR DE TER MAIS CRIANÇA NA ESCOLA, QUALIDADE DO ENSINO NO PAÍS É UMA DAS PIORES NO CONTINENTE

Cynthia Garda  
Da equipe do **Correio**

O Brasil pode fechar o século com todas suas crianças matriculadas na escola. O problema são as escolas. O país tem um longo caminho até garantir que os alunos fiquem na sala de aula e consigam passar de ano. Hoje o Fundo das Nações Unidas para a Infância e a Adolescência (Unicef) divulga seu relatório anual *Situação Mundial da Infância*. A educação brasileira deve receber menções honrosas e palmatórias.

Com 96,5% das crianças entre 7 e 14 anos tendo acesso à escola, o país está próximo da universalização do ensino primário, que será atingida

quando esse índice for de 98%. É uma vitória: em todo o mundo, 130 milhões de crianças não frequentam salas de aula, ou seja, 21% da população nessa faixa etária.

“Esse dado conforta um pouco, mas não resolve”, avalia o governador Cristovam Buarque.

No Distrito Federal, mais de 99% das crianças estão na escola. “Temos que ver a qualidade. Está na hora de dizer toda criança na escola sem repetência, com qualidade.”

Os programas *Acorda Brasil*, *Toda Criança na Escola* e o *Bolsa-Escola* devem ser citados no relatório como exemplos para as demais nações em desenvolvimento. Mas os indicadores brasileiros para as áreas de analfabetismo, repetência, abandono e evasão escolar estão entre os piores da América Latina. A avaliação é da assessora para educação na América Latina e Caribe do Unicef, Maria Alice Setubal.

O ano-base para as avaliações do Unicef é 1990, quando representantes de 159 países comprometeram-se, na Cúpula Mundial em Favor da Infância, a atingir, até o ano 2000, 27 metas mínimas para garantir a qualidade de vida das crianças e adolescentes. No mesmo ano acontecerá na Tailândia a *Conferência Mundial Educação para Todos*. Brasil e México ficam entre os nove países que concentram a atenção da comunidade internacional por terem as maiores populações em idade escolar do planeta.

## REPETÊNCIA E EVASÃO

O Brasil começa a década com 91,7% das crianças na escola, avança para os índices atuais, mas esbarra na qualidade do ensino que oferece. A repetência e a evasão escolar no ensino fundamental, que abrangiam 40% dos estudantes brasileiros em 1990, baixaram para 33% este ano, de acordo com dados do Instituto Nacional de Pesquisa em Educação (Inep). Segundo estudos apresentados pelo Unicef na IV Reunião Ministerial Americana sobre Infância e Política Social, realizada em Lima (Peru) na última semana de novembro, esses índices estão entre os mais altos da América Latina. O Brasil pode receber críticas por estar entre as economias mais ricas do continente e posuir taxas de repetência e evasão em faixa semelhante à do Haiti, Nicarágua, República Dominicana, El Salvador, Guatemala e Honduras.

Dos brasileiros que cursam atualmente o primeiro grau, 46,7% não estão na série correspondente à sua faixa etária. Entre os que frequentam a primeira série primária, 38% têm 8 anos ou mais, quando deveriam ter 7 anos. No segundo grau, essa distorção entre a série e a idade do aluno sobe para mais de 53%, quase 7 milhões de estudantes. Desses, 3,7 milhões têm mais de 18 anos.

Para tentar reduzir as distorções entre a idade e a série cursada existem as classes de aceleração. Apenas 1,2 milhão de alunos frequentaram esse tipo de classe em 1998. E mais de 16 milhões estão em idade avançada para a série que cursam. Outra dívida na prestação de contas da educação brasileira no fim deste século é o acesso à pré-escola. Enquanto 87% das crianças com seis anos de idade estão na escola, a estatística cai para 48% quando a faixa etária é de 4 a 5 anos.

Assim, o Brasil pode não alcançar, até o ano 2000, todas as metas para educação estabelecidas em

1990 e com as quais representantes de mais de 30 países da América Latina e Caribe reafirmaram seu compromisso no final do mês de novembro.

Segundo o balanço apresentado na reunião ministerial em Lima, os países que têm os maiores índices em qualidade de ensino na América Latina são Cuba, Costa Rica e Chile. “E não são os países mais ricos”, destacou a assessora do Unicef, Uruguai, Panamá, Argentina e Venezuela — nas zonas urbanas — também têm estatísticas positivas de alfabetização, acesso e permanência na escola.

Nos últimos anos, todos os indicadores brasileiros de educação melhoraram. A taxa de analfabetismo de adultos, entre 1991 e 1996, baixou de 20,1% para 14,7%. É possível fechar o século tendo reduzido o analfabetismo entre adultos em 50%, meta do início da década. Mas o índice continuará elevado. A maior dificuldade é combater o analfabetismo da população entre 40 e 49 anos (15,5%) e de 50 anos ou mais (31,5%).

Por sua dimensão populacional, os números do país podem puxar para baixo ou alavancar as estatísticas de todo o continente. E esses números encerraram grandes desníveis regionais. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1995 a taxa de analfabetismo de crianças entre 10 e 14 anos no país era de 10%. Na região Nordeste, entretanto, era de 23,9%, comparada a de 2% na região Sul.

Os salários dos professores refletem essas diferenças. Segundo o Censo do Professor de 1997, 19,3% dos professores do Nordeste ganham menos de R\$ 100 por mês, comparados a 0,8% de professores do Centro-Oeste na mesma faixa salarial.

As diferenças por região do país também aparecem na infra-estrutura das escolas. Mais da metade delas não têm bibliotecas. Na maioria não há laboratórios de ciências nem informática. No Nordeste, 8,4% dos alunos do ensino fundamental frequentam escolas sem abastecimento de água.

## TAXA DE MATRÍCULA

Taxa de Atendimento Escolar na faixa etária de 7 a 14 anos

BRASIL 96,5

REGIÃO NORTE

Acre 94,1

Roraima 98,1

REGIÃO NORDESTE

Piauí 86,9

Bahia 97,4

REGIÃO SUDESTE

Minas Gerais 97,6

Espírito Santo 99,6

REGIÃO SUL

Santa Catarina 97,5

Rio Grande do Sul 99,9

REGIÃO CENTRO-OESTE

Mato Grosso do Sul 95,9

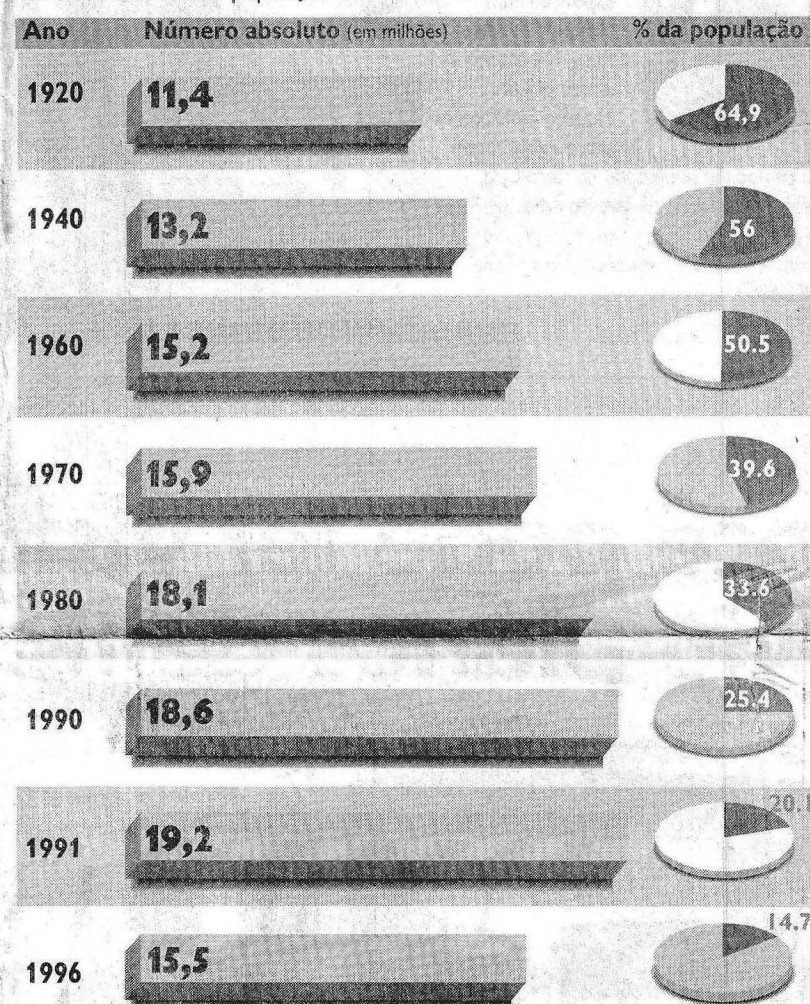
Distrito Federal 99,6

Fonte: MEC/INEP/SEEC

## Educação Infantil

### ANALFABETISMO

Pessoas analfabetas na população de 15 anos ou mais



### AS METAS PARA 2000

Estabelecidas na Cúpula Mundial em Favor da Infância, em 1990

- ✓ Garantir o acesso universal à educação primária a crianças em idade escolar; por ensino formal ou informal, que promova padrões igualitários de aprendizagem, com a redução de disparidades entre meninos e meninas
- ✓ Assegurar que esse acesso seja igualitário do ponto de vista do gênero, localização geográfica, etnia, base socioeconômica e necessidades de grupos especiais
- ✓ Reduzir as taxas de analfabetismo entre adultos em pelo menos 50%, com especial atenção para o contingente de mulheres analfabetas
- ✓ Elevar em mais de 80% (em relação aos dados de 1990) o percentual de meninos e meninas que completam a 4ª série e a 6ª série respectivamente, e aumentar significativamente o acesso deles à educação secundária
- ✓ Expandir o acesso à pré-escola.



Escola em Castanhal, no Pará: no Norte, alunos estudam em média 5,8 anos

## Mais gastos com educação

O estudo da evolução dos gastos sociais na América Latina mostra que eles foram reduzidos em um quarto durante a década de 80. Depois de 1990, essa tendência foi revertida. Cinco anos mais tarde, os gastos com áreas sociais chegaram a níveis nunca antes observados.

Em 1995, o Brasil dedicou 3,5% de seu PIB (soma das riquezas produzidas pelo país em um ano) para o ensino fundamental e médio, contra 2,5% da Argentina, 2,3% do Chile e 1,9% do Uruguai. “Fez-se muito pela educação no Brasil nos últimos anos. Mas o ponto de partida, em 1990, era um quadro muito grave”, avalia a assessora do Unicef Maria Alice Setubal.

“Mas persistem grandes disparidades entre os países”, aponta o diretor regional da entidade, Cecilio Adorna. “Em alguns, a verba para setores sociais básicos chega a 20% do orçamento. Em outros, não atinge sequer 10%.” As nações caribenhas são as que mais aplicam dinheiro em setores como saúde e educação. Consequentemente, têm alguns dos melhores índices da região.

Argentina, Costa Rica e Panamá estão, segundo o Unicef, entre os países que mais gastam com educação — entre US\$ 80 e US\$ 130 por habitante. Os cálculos do INEP põem o Brasil no mesmo grupo, com um gasto médio anual, por habitan-

te, de aproximadamente US\$ 130.

Mas se estamos próximos da universalização do ensino básico, apenas 27% dos brasileiros entre 15 e 17 anos frequentam o segundo grau. A situação reflete o panorama da América Latina. Apesar da maioria dos países do continente ter-se comprometido, em 1990, com a ampliação do acesso ao ensino secundário, apenas uma em cada três crianças chega ao segundo grau, comparado com mais de 80% no Sudeste da Ásia.

A repetência e o abandono escolar são um dos maiores desafios que a educação do país deve levar para o próximo século. Em 1995, 44% das crianças matriculadas na 1ª série primária repetiram de ano. A estatística só é tão grave no Haiti e na Nicarágua. Em Honduras, Guatemala e El Salvador, o estudante médio leva dez anos para completar até a sexta série. O resultado é que o custo de ensinar uma criança que repetiu de ano consome, aproximadamente, um terço de todos os gastos públicos com educação na América Latina e Caribe.

Além de ampliados, os gastos sociais precisam ser redirecionados. Os 20% mais ricos da população latino-americana e caribenha recebem 29% dos benefícios com os investimentos em educação e saúde. Os 20% mais pobres recebem, por sua vez, 15%. (CG)